

PLENÁRIO DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA

VERTENTES DO RIO GRANDE - CBH GD2

Ata da 2ª Reunião Extraordinária realizada no dia 04 de julho de 2022

1 Aos 04 de julho de 2022, às 13h e 45 min, o Comitê da Bacia Hidrográfica Vertentes do Rio Grande
2 - CBH GD2, deu início a 2ª Reunião Extraordinária do ano de 2022 e a 4ª Reunião de Trabalho, por
3 Videconferência pela plataforma jit-si meet. Participaram on line os seguintes conselheiros titulares e
4 suplentes: **Representantes do Poder Público Estadual:** Márcio Heitor Stelmo Silva (SES – MG),
5 Reginaldo da Silva Alves (IEF), Eduardo Araújo Rodrigues (IGAM); **Representantes do Poder
6 Público Municipal:** Gustavo Alvarenga Rodrigues (Prefeitura Municipal de Lavras), Washington
7 Ângelo de Souza (Prefeitura Municipal de São João del-Rei); Matheus Augusto de Oliveira Alves
8 (Prefeitura Municipal de Nepomuceno); Flávia Otaviana Machado (Prefeitura Municipal de Bom
9 Sucesso); **Representantes dos Usuários de Recursos Hídricos:** Danielle de Paula Almeida Duarte
10 (SAS – Barbacena). Izaías Cláudio Mendes de Oliveira (AMG Mineração), Josimar Cornélio da
11 Páscoa (COPASA), Deivid Lucas de Oliveira (FIEMG), Dênio Drummond Procópio (CEMIG – GT);
12 **Representantes da Sociedade Civil:** Sálvio de Macedo Silva (UFSJ), Adriano Valério Resende
13 (Ong IRIS), Maria das Graças Alves Costa (IFSudeste – MG), Paulo César José Giarola (ARPA –
14 São João del-Rei) **Convidados:** Maria de Lourdes Amaral Nascimento (Gerente de Apoio aos
15 Comitês de Bacias Hidrográficas - GECBH/), Fabiana Moura Campos (IGAM), Jeane Sabrina Maia
16 (IGAM) . A pauta da reunião contou com os seguintes pontos: Item 1) Abertura e verificação do
17 quórum pelo Presidente; Item 2) Comunicado dos Conselheiros; Item 3) Discussão sobre a União
18 dos Comitês de Bacias Hidrográficas Vertentes do Rio Grande - GD2 e Afluentes Mineiros dos Alto
19 Rio Grande - GD1; Item 4) Considerações finais; Encerramento. Assuntos em Pauta: Foi verificado o
20 quórum pelo Presidente do Comitê, Gustavo Alvarenga Rodrigues que iniciou a reunião e fez o
21 agradecimento à participação de todos. Logo após, passou-se para o 2º item da reunião comunicado
22 dos Conselheiros. Dando sequência, iniciou-se a Discussão sobre a União dos Comitês de Bacias
23 Hidrográficas Vertentes do Rio Grande - GD2 e Afluentes Mineiros dos Alto Rio Grande - GD1. O
24 Presidente do Comitê, Gustavo, iniciou a reunião e declarou: “Nós temos essa pauta interessante
25 que vamos tentar chegar aqui no denominador comum e avaliar essa questão, essa proposta porque
26 vai estar diretamente ligada à gestão hídrica da nossa região”. O conselheiro Reginaldo solicitou a
27 palavra e propôs que ficaria interessante ao olhar do IGAM para essa fusão e gostaria de ouvir o
28 representante. A conselheira Danielle (SAS- Barbacena) pediu a palavra e questionou: “Essa
29 proposta veio do IGAM nessa junção dos dois comitês? O Presidente Gustavo respondeu me parece
30 que veio do Conselho Estadual, mas como temos representantes do IGAM acredito que é mais
31 objetivo que eles se pronunciem”. O conselheiro Eduardo (IGAM) comentou sobre a pergunta anterior
32 “Essa discussão está no Conselho Estadual já há algum tempo e verificamos uma situação de
33 planejamento e pactuação. A homogeneidade nas duas bacias nos mostra uma integração natural e
34 a fusão é possível, as demandas são comuns e é a questão da arrecadação que foi um dos problemas
35 apontados como limite para uma boa gestão desse processo. Existe uma controvérsia nesse
36 processo em especial atendendo mais a demanda do GD1 do que do GD2.” O conselheiro Reginaldo
37 (IEF) pediu a palavra e declarou: “eu sempre fui favorável desde o início do Plano Diretor que sugere
38 essa unificação e vejo muitas vantagens. Vi vários momentos o GD1 com algum recurso e no GD2
39 também. Não vi avanço nesse período, não consegui identificar grandes evoluções e não
40 conseguimos implementar quase nada até hoje. Os 2 Gds tem uma certa homogeneidade,
41 características para conservação, o GD1 mais ainda que o GD2. Devemos nos fortalecer pelo comitê
42 e sinalizar que temos muita coisa para conservar em função de uma área com características de
43 conservação e preservação, produção de água e a manutenção da biodiversidade. Se unificarmos
44 pode gerar um certo interesse pelo comitê e melhorar a qualidade dos participantes com a gestão e
45 planejamento que seja mais dinâmica, mais atuante, mais propositiva e não temos tempo de propor
46 nada e ficar simplesmente a reboque daquilo que vem, principalmente outorga de grande porte que
47 a gente virou praticamente um avalizador. Essa ideia de perder representatividade. De quem, quando,

48 quem aqui que vai deixar de ser representativo numa eventual fusão? E se isso ocorrer como
49 minimizar então? Poderíamos avançar, entender que existem perdas ou não e negociar isso juntos
50 aos órgãos”. O vice-presidente Adriano pediu a palavra e declarou: “Eu sou contra. O Reginaldo falou
51 sobre vantagens. Eu não vejo vantagem de unificar. A gente vai se tornar o maior GD. A gestão de
52 áreas grandes é mais difícil que áreas menores. Essa questão de juntar é apenas de organização
53 financeira. Agora com a cobrança falaram que vai melhorar a participação de conselheiros mais
54 qualificados. Não vejo que isso aumenta a pauta de comitê. A gente está discutindo só meio
55 ambiente. O nosso Plano Diretor foi implementado e nos primeiros dez anos a gente não fez uma
56 linha de ação ambiental. Por que a gente não fez? Por que não tem recurso. A questão não é pauta
57 de comitê, não é número de conselheiros, não é tamanho de área. A discussão é de onde virão os
58 recursos para serem aplicados no Plano Diretor? Está lá no Plano Diretor que nenhum GD sozinho
59 consegue manter uma entidade equiparada mesmo os 8 GDs juntos. A discussão que eu vejo é
60 financeira, é custo. A gente podia pegar esse dinheiro dos outros GDs e distribuir igualmente para
61 todos. Acho que isso seria mais viável. A gente tem muitos problemas sócio ambientais, saneamento
62 básico, esgoto sendo jogado nos rios. Enfim, nós estamos passando para fase da cobrança. Como
63 que nós vamos dividir esses recursos que virão com a cobrança? Espero que a gente consiga daqui
64 a algum tempo fazer uma boa gestão desses recursos oriundos da cobrança.” O Presidente Gustavo
65 solicitou a palavra e questionou: “eu queria tentar contribuir com uma dúvida, se a origem da
66 arrecadação é oriunda do saneamento, se nós aumentarmos o número de municípios nós
67 poderíamos eventualmente aumentar arrecadação? Se a origem da arrecadação e saneamento e se
68 nós temos mais municípios isso não aumentaria a nossa arrecadação? O Vice-presidente Adriano
69 respondeu: “Essa arrecadação já está prevista dentro do GD1 e já está tudo somado. Não tem como
70 aumentar mais o pagamento, a não ser que se faça algum tipo de tratamento desse esgoto nessas
71 pequenas cidades e tenha uma cobrança na captação e na emissão de esgoto e se fizer o tratamento
72 tem um aumento significativo. “Pode ocorrer se houver o investimento em saneamento num desses
73 74 municípios acredito que automaticamente aumentaria essa arrecadação, frisou Gustavo”. Dando
74 sequência, foi cedida a palavra ao conselheiro Deivid (FIEMG) que declarou “sou favorável a esta
75 junção dos GDs. Qual prejuízo teríamos com a junção desses dois comitês, dessas duas bacias
76 circunscrições hidrográficas? Não tem impacto nenhum negativo, pelo contrário isso fortalece.
77 Quando a gente coloca esta discussão de unificar ficaria muito mais fácil porque o nosso papel aqui
78 nessa proposta do IGAM é fazer gestão de recursos hídricos em uma bacia mais forte, mais robusta
79 e que tem um número maior de municípios, para poder trabalhar com consórcios, com gestão de
80 recuperação de áreas degradadas, estações de tratamento de efluentes. É isso que é gestão de
81 Recursos Hídricos. A gente tem que parar de discutir a questão administrativa e partir para execução
82 para que os demais reflitam sobre essa possibilidade de poder facilitar a gestão como um todo na
83 bacia do Grande, de 8 GDs com o mesmo objetivo de fazer gestão de recursos hídricos. Logo após,
84 o conselheiro Paulo César (ARPA – SJDR) declarou: “que meu posicionamento continua o mesmo
85 de parecer contra essa unificação apesar de fazer parte dos dois GDs pela ARPA. Nós vamos perder
86 uma representatividade dos municípios sim, porque serão poucos municípios representando uma
87 área muito grande. Os comitês estão lutando para sobreviver. Primeiro a gente tinha que implantar a
88 cobrança e depois que começar a receber o recurso, ver como a gente vai caminhar. Respeito a
89 opinião dos demais que são de parecer favorável. A Conselheira Daniele (SAS – Barbacena) solicitou
90 a palavra: “Essa questão da gestão dos recursos hídricos é importante. Tem muitas áreas
91 degradadas tanto na questão de flora que interferem diretamente nos recursos hídricos e sem contar
92 que hoje dentro do município uma quantidade inestimável de utilização indevida da água. Falta uma
93 conscientização dos municípios na sensibilização não só da preservação, mas também na utilização
94 dos recursos pela população, entender o uso e onde estão os gargalos dessa água perdida no meio
95 do caminho. A gente precisava identificar essas questões e talvez num grupo maior não consiga fazer
96 isso de forma mais pontual até pela questão política que envolve as administrações dos municípios.
97 Eu penso que essa unificação seja boa em termos de força, mas de estratégia política talvez não
98 seja interessante. É uma questão para analisar com bastante cautela. O importante é pensar e
99 colocar bem na balança todos os prós e os contras”. Gustavo comentou a fala da Danielle: “também
100 concordo que a supressão da vegetação superficial ela é um ponto sem controle sim. É uma coisa
101 recorrente em toda a bacia e a contaminação dos afluentes, a contaminação clandestina e o uso
102 irregular isso é um ponto em comum também que nós temos”. O conselheiro Washington declarou

103 a sua opinião e disse: "Não somos a favor da fusão. A gente já está cansado de conversar aqui e
104 realmente a fusão nesse momento não é tão importante assim". A representante Maria de Lourdes
105 pediu a palavra e propôs o agendamento de uma reunião conjunta para deliberarmos sobre esse
106 assunto". A representante do IGAM, maria de Lourdes, sugeriu: "Nós poderíamos iniciar essa
107 apresentação sobre o papel dos conselheiros e trazer essa apresentação principalmente com relação
108 aos instrumentos de gestão, plano de bacia, outorga, cobrança e qual que é realmente o papel do
109 comitê. Também falar sobre a União e como ficaria a questão de instrumentos, regimento interno
110 para ficar bem claro para plenária que é quem decide tudo". Gustavo nós vamos aguardar e formalizar
111 essa reunião. Sobre os municípios, a gente já levanta a bandeira sobre a participação do Poder
112 Público Municipal há mais de dez anos e o comitê é um órgão político também é um paradoxo os
113 municípios são os principais usuários e os principais poluidores. A gente quer fazer uma gestão
114 hídrica para poder revitalizar a bacia e vai ter que se aproximar dos municípios e ajudá-los nesta
115 gestão hídrica. A união desses comitês vai surtir efeito desde que o poder público esteja presente".
116 Eduardo aproveitou para comentar que "os municípios são onde todas as ações acontecem e
117 precisamos trazer a representatividade Municipal para o comitê que é um órgão gestor e fazer uma
118 política de conscientização." Maria de Lourdes pediu a palavra e comentou a fala do Adriano sobre a
119 questão de melhoria da participação e qualificação dos conselheiros. Essa não foi uma fala do IGAM
120 e eu acredito muito na melhoria da participação e qualificação dos conselheiros, na otimização das
121 discussões, nas ações, no fortalecimento da gestão de recursos hídricos e no papel do comitê. Você
122 também falou na questão da representatividade porque vai ter muito município e vai diminuir a
123 representatividade. Depois de aprovarem a unificação é o Regimento Interno quem vai definir quantos
124 conselheiros e a composição é a plenária. Outra coisa sobre o comentário na questão de deliberar
125 sobre um assunto que não é aqui da minha bacia que eu não tenho conhecimento. O Eduardo falou
126 que ninguém conhece a bacia toda. E também quando houver essa união vai vir a entidade
127 equiparada para nos dar subsídio para isso e fazer aplicação do recurso. Se tiver o Plano Plurianual
128 é para ser debatido, elaborado, formatado e deliberado, vai haver toda uma discussão das principais
129 ações e estudos técnicos dentro das duas bacias. Ela também comentou sobre a dificuldade de
130 acompanhamento e o gerenciamento dos 36 comitês, a respeito da cobrança e do funcionamento
131 das agências equiparadas de outros comitês, a estrutura e o funcionamento das bacias hidrográficas
132 e principalmente sobre a fusão dos comitês". O presidente Gustavo sinalizou: "vamos aguardar a
133 movimentação do IGAM com relação aos comitês para agendar essa próxima reunião e fica aqui o
134 recado e aquela máxima que a gente fala há muito tempo que os municípios são os principais
135 usuários e os principais poluidores". ENCERRAMENTO: Finalizando a reunião, o presidente Gustavo
136 comentou mais uma vez: "Nossa reunião foi um sucesso, travamos uma discussão e vamos aguardar
137 na próxima reunião conjunta para debater mais ações sobre a unificação". Ele agradeceu a presença
138 de todos e encerrou a reunião. Eu, Laércio Antônio Chitarra, Auxiliar Administrativo CBH GD2, lavrei
139 a presente ata, aos 04 de julho de 2022, sendo posteriormente encaminhada aos membros do Comitê
140 GD2 para aprovação na reunião plenária seguinte.

São João del-Rei, 04 de julho de 2022.

Gustavo Alvarenga Rodrigues

Presidente do CBH Vertentes do Rio Grande – GD2

Geraldo Demeralino Sabino

1º Secretário do CBH Vertentes do Rio Grande – GD2